

**SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina**  
**Centro de Atenção Psico - Social - CAPS Itapeva**

CNPJ : 61.699.567/0014-07

**Nota da Administração**

**Nota da Administração:** Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da S.P.D.M - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M, o Parecer da Assembleia dos Associados da S.P.D.M e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Centro Psicossocial CAPS Itapeva**. A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM.

**Relatório da Administração:** Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25, inciso XIX, submetemos à apreciação de V. S.<sup>as</sup> o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho

Administrativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. São Paulo, 28/02/2017. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira**. - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

**Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2016 - Valores em Reais**

Ativo	2016	2015
<b>Ativo Circulante</b>	<b>3.253.346,14</b>	<b>2.900.331,05</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1)	58.461,09	551.477,44
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	2.628,63	20.493,45
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	55.832,46	530.953,99
<b>Contas a Receber (Nota 3.3)</b>	<b>2.764.620,96</b>	<b>1.978.173,22</b>
Valor a Receber Secretaria Saúde do Estado São Paulo (Nota 3.3.1)	1.300.000,00	650.000,00
Estimativa de Rescisão Contratual (Nota 3.3.2)	1.011.256,54	874.808,80
Valor em Negociação - Contrato/Convênio (Nota 3.3.3)	453.364,42	453.364,42
<b>Outros Créditos (Nota 3.4)</b>	<b>284.331,38</b>	<b>282.042,30</b>
Adiantamentos a fornecedores (Nota 3.4.1)	18.759,94	6.873,37
Antecipações salariais	1.081,04	621,13
Antecipação de férias (Nota 3.4.2)	32.462,05	44.721,38
Outros créditos e adiantamentos (Nota 3.4.3)	232.028,35	229.826,42
<b>Despesas Pagas Antecipadamente</b>	<b>9.223,23</b>	<b>11.290,48</b>
Prêmios de seguros e outros a vencer (Nota 3.5)	9.223,23	11.290,48
<b>Estoques</b>	<b>136.709,48</b>	<b>77.377,61</b>
Materiais e Medicamentos (Nota 3.6)	136.709,48	77.377,61
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>180.408,41</b>	<b>240.399,22</b>
<b>Ativo Imobilizado-Bens de Terceiros (Nota 3.7)</b>	<b>180.408,41</b>	<b>240.399,22</b>
-Bens Móveis	57.138,62	83.943,06
Bens de Terceiros (Nota 3.7)	462.284,30	462.284,30
Ajuste vida útil - bens terceiros (Nota 3.7.1)	(405.145,68)	(378.341,24)
-Ativo Intangível (Nota 3.7.1)	123.269,79	156.456,16
Intangível de Terceiros (Nota 3.7.1)	201.830,00	195.580,00
Ajuste vida útil - Intangível Terceiros (Nota 3.7.1)	(78.560,21)	(39.123,84)
<b>Total do Ativo</b>	<b>3.433.754,55</b>	<b>3.140.730,27</b>

**Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2016 - Valores em Reais**

Passivo	2016	2015
<b>Passivo Circulante</b>	<b>3.253.346,14</b>	<b>2.900.331,05</b>
Fornecedores (Nota 3.8)	2.941,22	9.394,30
Serviços de Terceiros Pessoa Física/Jurídica (Nota 3.9)	27.332,51	90.271,76
Salários a pagar (Nota 3.10)	-	248.076,06
Contribuições a recolher (Nota 3.11)	61.565,15	61.468,92
Provisão de férias (Nota 3.12)	408.913,50	365.662,24
Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.12)	32.649,11	29.252,98
Estimativa de Rescisão Contratual (Nota 3.3.2)	1.011.256,54	874.808,80
Impostos a recolher (Nota 3.13)	-	76.686,81
Obrigações Tributárias (Nota 3.14)	-	12.238,77
Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03 (Nota 3.15)	2.725,53	2.220,34
Outras contas a pagar (Nota 3.16)	6.572,35	67.207,09
Estrutura SPDM	3.572,51	-
Convênios/Contratos públicos a realizar (Nota 3.17)	1.622.185,37	1.041.177,03
Baixa de Obrigações com Materiais Terceiros (Nota 3.18)	73.632,33	21.865,95
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>180.408,41</b>	<b>240.399,22</b>
Obrigações-Bens Móveis de terceiros (Nota 3.7)	664.114,30	657.864,30
Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros (Nota 3.7.1)	(483.705,89)	(417.465,08)
<b>Total do Passivo</b>	<b>3.433.754,55</b>	<b>3.140.730,27</b>
<b>Patrimônio Líquido (Nota 5)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado do Exercício (Nota 6)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>3.433.754,55</b>	<b>3.140.730,27</b>

**Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2016 - Valores em Reais**

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2016	2015
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
(Aumento) Redução em contas a receber	(786.669,57)	(912.454,83)
(Aumento) Redução em estoques	44.200,89	(18.276,26)
Aumento (Redução) em fornecedores	(117.363,48)	50.897,53
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	418.612,19	618.018,64
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(59.990,81)	(14.222,70)
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais</b>	<b>(501.210,78)</b>	<b>(276.037,62)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
(-) Adição de Bens de Terceiros	8.224,43	14.222,70
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos</b>	<b>8.224,43</b>	<b>14.222,70</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Empréstimos tomados	-	176.673,36
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	-	(176.673,36)
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(492.986,35)	(261.814,92)
No início do período	551.447,44	813.262,36
No final do período	58.461,09	551.447,44

**Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2016 - Valores em Reais**

Descrição	2016	2015
<b>1 - Receitas</b>	<b>8.696.257,04</b>	<b>8.522.305,83</b>
1.1) Prestação de serviços	7.231.553,14	7.140.597,06
1.2) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exercício An	227,60	277,62
1.3) Isenção usufruída sobre contribuições	1.464.476,30	1.381.431,15
<b>2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>	<b>1.886.820,18</b>	<b>2.230.119,48</b>
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações de serviços	482.129,07	875.454,05
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.396.791,59	1.354.665,43
2.3) Outros	7.899,52	-
<b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<b>6.809.436,86</b>	<b>6.292.186,35</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5 - Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade (3-4)</b>	<b>6.809.436,86</b>	<b>6.292.186,35</b>
<b>6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>62.702,97</b>	<b>49.507,61</b>
6.1) Receitas financeiras	62.702,97	49.507,61
<b>7 - Valor Adicionado Total (5+6)</b>	<b>6.872.139,83</b>	<b>6.341.693,96</b>
<b>8 - Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>6.872.139,83</b>	<b>6.341.693,96</b>
8.1) Pessoal e encargos	5.331.161,06	4.919.303,55
8.2) Impostos, taxas e contribuições	5.590,71	5.522,17
8.3) Juros	-	9.707,07
8.4) Aluguéis	26.867,70	25.700,02
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	1.464.476,30	1.381.431,15
8.6) Estrutura SPDM	44.044,06	-
8.7) Déficit ou Superávit do Exercício	-	-

**Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2016 - Valores em Reais**

Receitas	2016	2015
<b>Receita Bruta de Serviços</b>	<b>8.696.029,44</b>	<b>8.522.028,21</b>
Secretaria de Saúde do Estado (Nota 4.1)	7.218.991,66	7.140.597,06
Trabalho Voluntário (Nota 9.4)	12.561,48	11.076,05
Isenção usufruída - INSS	-	-
Serviços Próprios (Nota 9.1)	1.247.906,56	1.156.137,17
Isenção usufruída - COFINS (Nota 9.3)	216.569,74	214.217,93
<b>(+) Outras Receitas com Restrições</b>	<b>62.930,57</b>	<b>49.785,23</b>
Financeiras	62.702,97	49.507,61
Doações Recebidas	227,60	277,62
<b>(-) Receita Líquida com Restrições</b>	<b>8.758.960,01</b>	<b>8.571.813,44</b>
<b>Custos e Despesas</b>		
<b>(-) Custos Operacionais com Restrições (Nota 4.2)</b>	<b>3.699.495,09</b>	<b>2.823.917,38</b>
(-) Serviços - Pessoal Próprio	2.327.907,08	2.026.790,33
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	201.736,90	329.477,61
(-) Manutenção e Conservação	204.140,32	359.292,89
(-) Mercadorias	482.129,07	108.364,95
(-) Isenção usufruída - INSS	-	-
Serviços Próprios (Nota 9.1)	483.581,72	-
(-) Financeiras	-	8,40
<b>(-) Outros Custos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições</b>	<b>5.059.464,92</b>	<b>5.747.879,26</b>
<b>(-) Despesas Operacionais com Restrições (Nota 4.2)</b>	<b>5.015.420,86</b>	<b>5.747.896,06</b>
(-) Serviços - Pessoal Próprio	2.990.692,50	2.892.513,22
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	775.648,22	475.928,77
(-) Manutenção e Conservação	151.727,00	215.666,18
(-) Mercadorias	90.406,85	767.089,10
(-) Financeiras	7.899,52	9.715,47
(-) Tributos	5.590,71	5.522,17
(-) Isenção usufruída - INSS	-	-
Serviços Próprios (Nota 9.1)	764.324,84	1.156.137,17
(-) Isenção usufruída - COFINS (Nota 9.2)	216.569,74	214.217,93
(-) Trabalho Voluntário (Nota 9.3)	12.561,48	11.076,05
<b>(-) Outras Despesas</b>	<b>44.044,06</b>	<b>-</b>
(-) Outras despesas financeiras	44.044,06	-
<b>(=) Superávit/Déficit do Exercício com Restrições</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Instituição Financeira**

Tipo de Aplicação	Taxa %	31/12/2016	31/12/2015
Bradesco 22079 CDB	5,000 * do CDI	5.452,91	10.521,37
Bradesco 22079 DI HYPER	Taxa mês 0,77%	358,00	-
Banco do Brasil 9074-3 CDB DI	Renda Fixa	-	520.432,62
Banco do Brasil 10074-9 SWAP	Taxa 85%	50.021,55	-
<b>Total</b>		<b>55.832,46</b>	<b>530.953,99</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2016 e 2015**

que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revista das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro de Atenção Psicossocial CAPS Itapeva, Rua Itapeva, 700 - Cerqueira Cesar, São Paulo - SP CEP 01332-000, CNPJ n.º 61.699.567/0014-07. 3 - Principais Práticas Contábeis.** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002.) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classifica-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. **3.1-Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias. Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária e aplicação oficial e representam em 31.12.2016 o montante de R\$ 58.461,09 conforme demonstrado no quadro abaixo.

	31.12.2016-R\$	31.12.2015 -R\$
Saldos em Bancos	2.628,63	20.493,45
Saldos Aplicação Financeira	55.832,46	530.953,99
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>58.461,09</b>	<b>551.447,44</b>

**3.2-Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

**3.3-Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme Resolução Nº 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisões e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1-Valor a Receber:** Os valores registrados nesta conta em 2016 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao CONVÊNIO 016/2016, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde, totalizam R\$ 1.300.000,00. **3.3.2-Estimativa Rescisão Contratual:** A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 26 da Resolução 1.409/12, que trata de contas de compensação. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e SES. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2016, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

	Saldo Final em 31.12.2016	Saldo em 31.12.2015
Estimativa Rescisão Contratual	R\$ 474.930,04	R\$ 417.085,61
Aviso Prévio indenizado	R\$ 536.326,50	R\$ 457.723,19
Multa FGTS Rescisória (50%)	R\$ 1.011.256,54	R\$ 874.808,80
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.022.513,08</b>	<b>R\$ 1.749.617,60</b>

**3.3.3-Valor em Negociação- Contratos/Convênio:** Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC Nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. **3.4-Outros Créditos:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1-Adiantamento a Fornecedores:** Os valores classificados como adiantamento a fornecedores compreendem adiantamento realizados a fornecedores de benefícios como vale transporte, vale refeição e alimentação, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente, o saldo em 31/12/2016 foi de R\$ 18.759,94. **3.4.2 - Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seu artigo, Artigo 145, O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no artigo 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. **3.4.3- Outros Créditos e Adiantamento.** Representam valores a título de crédito relativos a pagamentos de encargos rescisórios, e outros adiantamentos efetuados para a manutenção da rede assistencial de atenção básica à saúde. **3.5-Despesas Pagas Antecipadamente.** As despesas antecipadas são aquelas pagas ou devidas com antecedência, mas referindo-se a períodos de competência subsequentes. Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e de imóveis. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade. **3.6-Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia,

continua

**VISITE NOSSAS LIVRARIAS:**

- livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual
- Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h



### continuação

gêneros alimentícios, equipamentos de proteção, materiais de terceiros e comodatos até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2016 é de R\$ 136.709,48.

Tipo	Valores em Reais	
	31.12.2016	31.12.2015
Materiais utilizados no setor de Nutrição	3.053,00	6.812,52
Materiais utilizados no setor de Farmácia	5.063,85	4.101,96
Materiais de Almoarifado/Empréstimos	54.960,30	44.597,18
Matérias Terceiros	73.632,33	21.865,95
<b>Total</b>	<b>136.709,48</b>	<b>77.377,61</b>

Os materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada

Descrição	Posição em 31/12/2015	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2016
<b>Imobilizado-Bens de Terceiros</b>	<b>627.864,30</b>	<b>36.250,00</b>	-	<b>664.114,30</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>627.864,30</b>	<b>36.250,00</b>	-	<b>664.114,30</b>
Aparelhos Equipamentos Utensílios Medicos Odontológicos Laboratórios	18.513,67	-	-	18.513,67
Equipamentos Processamento de Dados	259.558,72	-	-	259.558,72
Mobiliário em Geral	91.950,46	-	-	91.950,46
Maquinas Utens e Equipamentos Diversos	36.829,55	-	-	36.829,55
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	599,00	-	-	599,00
Aparelhos e Utens Domesticos	16.896,98	-	-	16.896,98
Maquinas e Equipamentos de Natureza Indl	2.741,99	-	-	2.741,99
Equip para Audio Video e Foto	34.435,93	-	-	34.435,93
Maq Ferram e Utens de Oficina	348,00	-	-	348,00
Outros Materiais Permanentes	410,00	-	-	410,00
Software	165.580,00	36.250,00	-	201.830,00
<b>Total Imobilizado - Terceiros</b>	<b>627.864,30</b>	<b>36.250,00</b>	-	<b>664.114,30</b>

Descrição	Posição em 31/12/2015	Ajuste Vida Util	Posição em 31/12/2016
<b>Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros</b>	<b>(417.465,08)</b>	<b>(66.240,81)</b>	<b>(483.705,89)</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>(417.465,08)</b>	<b>(66.240,81)</b>	<b>(483.705,89)</b>
Aparelhos Equipamentos Utensílios Medicos Odontológicos Laboratórios	(14.340,56)	(1.851,36)	(16.191,92)
Equipamentos Processamento de Dados	(243.250,80)	(6.549,29)	(249.800,09)
Mobiliário em Geral	(61.182,02)	(9.194,76)	(70.376,78)
Maquinas Utens e Equipamentos Diversos	(22.876,12)	(3.677,44)	(26.553,56)
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	(544,07)	(54,93)	(599,00)
Aparelhos e Utens Domesticos	(9.764,96)	(1.689,72)	(11.454,68)
Maquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	(1.965,10)	(274,20)	(2.239,30)
Equip para Audio Video e Foto	(23.852,29)	(3.436,90)	(27.289,19)
Maquinas Ferramentas e Utensílios de Oficina	(255,20)	(34,80)	(290,00)
Outros Materiais Permanentes	(310,12)	(41,04)	(351,16)
Software	(39.123,84)	(39.436,37)	(78.560,21)
<b>Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros</b>	<b>(417.465,08)</b>	<b>(66.240,81)</b>	<b>(483.705,89)</b>

Segundo o inciso II do § 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da Ajuste vida útil, exaustão e amortização". **3.7.1-Ajuste do Tempo de Vida Útil.** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.7. Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.8-Fornecedores.** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.9-Serviços de Terceiros PF/PJ.** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos, serviços gerais, limpeza, vigilância e segurança, manutenções preventivas, Consultoria e Auditoria, Serviços de Remoções, etc. **3.10-Salários a Pagar:** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. Devido uma particularidade do convênio firmado com a vigência em 31/12/2016 o Salários a Pagar de competência de Dezembro de 2016 foram antecipadas e liquidadas dentro do mesmo exercício. **3.11-Contribuições e recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. Cujo os mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente INSS até o dia 20 do mês subsequente, FGTS até o dia 07 do mês subsequente, dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior a data limite. **3.12-Provisão Trabalhistas (Férias, FGTS e 13º Salários):** O montante da provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas, detalhado abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Provisão de Férias	R\$ 408.913,50	R\$ 365.662,24
Provisão de FGTS S/ Férias	R\$ 32.649,11	R\$ 29.252,98

**3.13-Imposto a recolher.** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e ISS. Cujos mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente IRRF até o dia 20 do mês subsequente, ISS até o dia 10 do mês subsequente, dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior a data limite. Devido uma particularidade do convênio firmado em 2016 com vigência em 31/12/2016 os impostos a recolher de competência de Dezembro de 2016 foram antecipados e liquidados dentro do mesmo exercício. **3.14 - Obrigações Tributárias.** A obrigação tributária de acordo com o §1º do artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada. Não tivemos valores a pagar em no final do exercício de 2016. Devido uma particularidade do convênio firmado em 2016 com a vigência em 31/12/2016, as obrigações tributárias de competência de Dezembro de 2016 foram antecipadas e liquidadas dentro do mesmo exercício. Em 2015 representam R\$ 12.238,77.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
INSS	-	R\$ 5.251,89
ISS	-	R\$ 1.044,91
IRRF	-	R\$ 591,40
CSLL/PIS/COFINS	-	R\$ 5.350,57

**3.15-Empréstimos de Funcionários.** A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece a seus funcionários o crédito consignado com o Banco Bradesco, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2016 representa R\$ 2.725,53. **3.16-Outras Contas a Pagar.** Os valores evidenciados abaixo, se referem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição.

Descrição	31/12/2016-R\$	31/12/2015-R\$
Diversos a pagar	-	49.704,65
Provisão de Despesas	10.144,88	17.502,44
<b>Total</b>	<b>10.144,88</b>	<b>67.207,09</b>

**3.17-Convênios/Contratos Públicos a Realizar.** De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Convênio com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2016 representa R\$ 1.622.185,37 (Um milhão Seiscentos e vinte dois mil cento e oitenta e cinco reais e trinta e sete centavos). **3.18-Materiais de Terceiro em nosso Poder. Vide Nota 3.6.1.** **3.19-Estimativas Contábeis.** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração

da, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder, para atendimento emergencial dos serviços de saúde.

**3.6.1-Materiais de Terceiro em nosso Poder.** Matérias de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder. **3.7- Imobilizado - Bens de Terceiro:** O imobilizado do Centro de Atenção Psico Social Caps Itapeva é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são frutos de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão, para os quais possuímos documentos de permissão de uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Posição em 31/12/2015	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2016
<b>Imobilizado-Bens de Terceiros</b>	<b>627.864,30</b>	<b>36.250,00</b>	-	<b>664.114,30</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>627.864,30</b>	<b>36.250,00</b>	-	<b>664.114,30</b>
Aparelhos Equipamentos Utensílios Medicos Odontológicos Laboratórios	18.513,67	-	-	18.513,67
Equipamentos Processamento de Dados	259.558,72	-	-	259.558,72
Mobiliário em Geral	91.950,46	-	-	91.950,46
Maquinas Utens e Equipamentos Diversos	36.829,55	-	-	36.829,55
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	599,00	-	-	599,00
Aparelhos e Utens Domesticos	16.896,98	-	-	16.896,98
Maquinas e Equipamentos de Natureza Indl	2.741,99	-	-	2.741,99
Equip para Audio Video e Foto	34.435,93	-	-	34.435,93
Maq Ferram e Utens de Oficina	348,00	-	-	348,00
Outros Materiais Permanentes	410,00	-	-	410,00
Software	165.580,00	36.250,00	-	201.830,00
<b>Total Imobilizado - Terceiros</b>	<b>627.864,30</b>	<b>36.250,00</b>	-	<b>664.114,30</b>

da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.20-Contingências Passivas. (Trabalhistas/Civil/Tributária).** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. No exercício de suas atividades de prestadora de serviços em 2016, a SPDM acumulou passivos resultantes de ações cíveis cuja probabilidade de perda era tida como "possível" o montante foi de R\$ 50.000,00 e para Trabalhista cuja probabilidade de perda era tida como "possível" o montante chegou a R\$ 15.000,00. **3.21-Outros Ativos e Passivos.** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.22-Apuração do resultado.** Conforme Resolução nº 1.305/10 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **3.23-Bens de Terceiros. Vide nota explicativa 3.7.** **4-Origem e Aplicação dos Recursos.** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **4.1-Das Receitas Operacionais.** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.2-Custos e Despesas Operacionais.** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referen-

tes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3-Doações.** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2016 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 227,60 enquanto que em 2015 foi de R\$ 277,62. **4.4- Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos.** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2016, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567.0014/07

Convênios	R\$
Termo aditivo 01/2015 ao convênio 944/2014	650.000,00
Convênio 16/2016	6.500.000,00
<b>Total Repassado</b>	<b>7.150.000,00</b>

**5-Patrimônio Líquido.** Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrições originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), as enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado. Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2015 e 2016, respectivamente. **6-Resultado Operacional.** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução Nº 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2016, a instituição reconheceu repasses em conformidade com o convênio e outras receitas (incluindo rendimentos, descontos e abatimentos) no montante de R\$ 7.212.930,57 (Sete milhões duzentos e doze mil, novecentos e trinta reais e cinquenta e sete centavos) e, seus recursos foram diretamente aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade gerenciada, correspondente a R\$ 7.281.922,23 (Sete Milhões e duzentos e oitenta e um mil, novecentos e vinte dois reais e vinte e três centavos) considerando custos e despesas operacionais no mesmo período. Dessa forma, se houvesse apuração de resultado operacional, a instituição encerraria o exercício com um resultado deficitário de R\$ -68.991,66 (Sessenta e oito mil novecentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos). Esse déficit ficaria consignado em conta específica do ativo, denominada "valores em negociação", ao final do convênio. No exercício de 2016, a unidade vem demonstrando uma redução de 79,74% em relação ao resultado deficitário do ano anterior (R\$ 340.597,06), isso demonstra grande capacidade da Unidade obter o equilíbrio econômico-financeiro desejado. **7 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/16 MS.** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com a mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. O Centro de Atenção Psicossocial Caps Itapeva apresentou em 2016 a seguinte produção:

Produção - 2016	SUS
Consulta médicas	9098
Consultas não médicas	62203
Ações de Reabilitação Psicossocial	3528
Acolhimento inicial/diurno de pacientes	21917
Atenção às situações de crise	3
Atendimento em grupo	3425
Atendimento familiar	1161
Atendimento individual	3971
Matriciamento em equipes de atenção básica	188
Práticas corporais	3045
Práticas expressivas e comunicativas	5721

**8 - Relatório de Execução do Convênio.** **Relatório de Execução do Convênio - 2016**

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total 2016	
	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado
<b>Total Atividades - CAPS</b>	<b>32688</b>	<b>33059</b>	<b>32688</b>	<b>35873</b>	<b>65376</b>	<b>68932</b>
Acolhimento diurno de pac em CAPS	9000	10613	9000	10282	18000	20895
Acolhimento inicial por CAPS	288	289	288	294	576	583
Atendimento em grupo de Pac em CAPS	3600	4540	3600	7335	7200	11875
Atendimento individual em pac em CAPS	3000	1782	3000	1863	6000	3645
Outras atividades em CAPS	16800	15835	16800	16099	33600	31934

**9-Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834/16 de 26/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.153024/2014-03MS fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: R\$ 1.464.476,30. Em 02/09/2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. O montante desse serviço estatutário que se encontra consignado em contas de resultado em 2016 correspondeu a R\$ 7.660,22 e outros tipos de voluntariados totalizou R\$ 4.901,26. No Exercício de 2015 o montante contabilizado foi de R\$ 11.076,05. **10-Ajuste A Valor Presente (Resolução do CFC No. 1.51/09 NBC TG 12).** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulantes) não se enquadraram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descrevermos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu

**continuação**

reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que a aprova. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M. • **Dr. Vladimir de Freitas Júnior** - Diretor Técnico - CRM: 50095

**Ata da 26ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina: Data, Horário e Local:** Aos 18º dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e o Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas: Convidados: Superintendentes:** Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Ênio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11/11/2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2016. Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florença de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hosp.Pedro) o Pronto-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assist. Superv. Tenc. Da Saúde VI Maria/ VI Guilherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial de Superv. **Relatório dos Auditores Independentes: Opinião:** Examinamos as Demonstrações Contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro de Atenção Psico Social - CAPS Itapeva** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31/12/2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31/12/2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2016, como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos

va NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11-Seguros.** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, em conformidade com o S.P.D.M. • **Dr. Vladimir de Freitas Júnior** - Diretor Técnico - CRM: 50095

Técnica de Saúde Butanta (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assit. Farmaceut. CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Pq Fontes do Ipiranga, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão p/ Pessoas com Deficiência Visual, Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assist. VI Form. Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assist. - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assist. - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assist. da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII AP 5.3 (JÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P. 3.2), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT), Coord. de Emerg. Regional do Leblon- AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Ênio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18/04/2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira; Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana; Sr. José Eduardo Ribeiro; Dr. Agenor Pares. objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30/03/2017. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3; Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. No Exercício de 2016 o saldo dessa conta é de R\$ 9.223,23. **12-Exercício Social.** Conforme estabelece o artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31/12/2016. **Washington de Oliveira da Silva** - Contador - CRC: SP-271587/O-8

**VIOL SPE S.A.**

CNPJ nº 11.873.300/0001-00

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 25 de abril de 2017

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
Ativo	2016	2015	Passivo	2016	2015
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	9.626	501	Fornecedores e contas a pagar	1.064	13.556
Contas a receber	3.187	4.632	Partes relacionadas	-	540
Partes relacionadas	293	351	Impostos e contribuições a recolher	1.651	312
Outros créditos	590	697	Total do passivo circulante	2.715	14.408
Total do ativo circulante	13.696	6.181	<b>Não Circulante</b>		
<b>Não Circulante</b>			Impostos diferidos	-	9.346
Contas a receber	-	45.175	Total do passivo não circulante	-	9.346
Partes relacionadas	-	2.477	<b>Patrimônio Líquido</b>		
Impostos diferidos	-	7.074	Capital social integralizado	100	893.788
Outro créditos	104	104	Reservas de capital	-	540.000
Investimentos	-	134.876	Reserva de lucros	10.985	-
Propriedade para investimento	-	1.258.667	Prejuízos Acumulados	-	(2.962)
Imobilizado	-	14	Total do patrimônio líquido	11.085	1.430.826
Intangível	-	12	<b>Total dos Passivos e Patrimônio Líquido</b>	<b>13.800</b>	<b>1.454.580</b>
Total do ativo não circulante	104	1.448.399			
<b>Total dos Ativos</b>	<b>13.800</b>	<b>1.454.580</b>			

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)		
	2016	2015
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	24.977	2.744
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	(6.357)	6.422
Resultado de equivalência patrimoniais	623	1.325
Impostos diferidos - líquidos	(1.999)	2.272
Perdas eventuais, líquidas	172	-
Variação nos ativos operacionais:		
Contas a receber	19.361	(49.807)
Outros créditos	107	(182)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores e contas a pagar	(12.492)	(21.278)
Impostos e contribuições a recolher	(154)	(747)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.032)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	20.206	(59.251)
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Adições nos investimentos	(11.535)	(1.300)
Propriedade para investimentos	(44.379)	(173.696)
Partes relacionadas - líquidas	1.994	(10.747)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(53.920)	(185.743)
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Aumento de capital	42.839	245.024
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	42.839	245.024
<b>Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	<b>501</b>	<b>471</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício</b>	<b>9.626</b>	<b>501</b>
<b>Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>9.125</b>	<b>30</b>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)									
	Capital (-) social	Capital a integralizar	Reserva de capital	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Resultado do Período	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total patrimônio líquido
				Legal	Investimentos				
<b>Saldos em 01 de Janeiro de 2015</b>	420.000	-	540.000	-	-	(5.706)	-	228.764	1.183.058
Aumento Capital - AGE 28/11/2014	413.814	(218.850)	-	-	-	-	-	(194.964)	-
Aumento Capital - AGE 30/10/2015	80.000	(58.590)	-	-	-	-	-	(21.410)	-
Integralização de capital	-	257.414	-	-	-	-	-	(12.390)	245.024
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.744	-	-	2.744
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>913.814</b>	<b>(20.026)</b>	<b>540.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.962)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.430.826</b>
Aumento Capital - AGE 20/10/2016	568.589	-	(540.000)	-	(5.776)	-	-	-	22.813
Redução Capital - AGE 20/10/2016	(1.482.303)	-	-	-	-	-	-	-	(1.482.303)
Integralização de capital	-	20.026	-	-	-	-	-	-	20.026
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	19.723	-	19.723
Destinação do resultado do período	-	-	-	20	16.741	2.962	(19.723)	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20</b>	<b>10.965</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.085</b>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) básico/diluído por ação)					
	2016	2015		2016	2015
<b>Receita Líquida</b>	25.372	27.215	<b>Resultado Financeiro</b>		
<b>Custos dos Aluguéis</b>	(5.513)	(17.955)	Receitas financeiras	16	65
<b>Lucro Bruto</b>	19.859	9.260	Despesas Financeiras	(74)	(11)
<b>Despesas Operacionais</b>			<b>Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	24.977	3.017
Gerais e administrativas	(584)	(5.562)	Imposto de renda e contribuição social - correntes	(5.527)	-
Equivalência patrimonial	(623)	(1.325)	Imposto de renda e contribuição social - diferidos	273	(273)
Outras receitas (despesas) líquidas	6.383	590	<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	19.723	2.744
<b>Lucro Operacional antes dos Efeitos Financeiros</b>	<b>25.035</b>	<b>2.963</b>	<b>Lucro Básico/Diluído Por Ação</b>	<b>0,09</b>	<b>0,01</b>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)		
	2016	2015
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício</b>	19.723	2.744
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado Abrangente Total do Exercício</b>	<b>19.723</b>	<b>2.744</b>

**A DIRETORIA**

**NELSON NÓBREGA DA COSTA** - Contador - CRC 1SP 202165/O-9

"As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas, estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia"

